

TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Júlia Furlanetto Graeff¹
Paulo Jacinto de Andrade²
César A.O. Tejada³

O artigo analisa a existência de trabalho infantil no município de Passo Fundo e a perpetuação dos ciclos de pobreza. Para tanto, foi realizada uma pesquisa durante o primeiro semestre do ano de 2001, através de questionários aplicados em cinco vilas de baixo nível sócio-econômico. Os resultados apontaram a existência do trabalho infantil, sendo este diferenciado para os gêneros, as atividades dos meninos são remuneradas já as das meninas é em menor grau, notou-se uma grande importância da renda gerada pelas crianças no orçamento familiar, tendo sido também comprovada a ocorrência dos círculos de pobreza nas famílias estudadas.

1. Introdução

Entre as políticas sociais de combate à pobreza, a educação é uma das medidas que ganha cada vez mais espaço nos programas de Governo. Trata-se de uma política estrutural, na qual se cria uma capacidade permanente de geração de renda, apesar da sua lentidão para que os efeitos sejam sentidos, uma vez que os resultados só podem ser notados após as crianças saírem da escola e entrarem no mercado de trabalho.

No entanto, para que isso venha a ocorrer é necessário acabar com o trabalho infantil, de forma a conduzir as crianças para a escola e nela mantê-las. A UNICEF define o trabalho infantil como aquele que priva a criança da sua infância e da sua dignidade, que barra seu acesso à educação, à aquisição de habilidades e que é realizado em condições deploráveis e prejudiciais ao seu desenvolvimento. Atualmente, esse tema vem sendo debatido mundialmente, seja por governantes ou representantes da sociedade, visando soluções para a erradicação do trabalho infantil.

Segundo a Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, que ocorreu em Oslo, 1997, o trabalho infantil é reconhecido não só como uma consequência, mas também como uma causa da pobreza e do subdesenvolvimento. Na economia mundialmente globalizada e competitiva, a prosperidade depende crucialmente das habilidades humanas e da capacidade de adaptação. Assim, tolerar o trabalho infantil é incompatível com o massivo

¹ Acadêmica da Faculdade de Economia e Administração.

² Doutorando em Economia pela UFRGS e professor da FEA/UPF.

³ Doutor em Economia pela UFRGS e professor da FEA/UPF.

investimento em capital humano necessário em todas as sociedades para assegurar o futuro.

Conforme Barros e Santos (1991), o trabalho precoce, como causa da transmissão de a pobreza entre gerações, fundamenta o estabelecimento de duas relações: a de pobreza ser uma das causas do trabalho precoce e a de o trabalho precoce, por sua vez, constituir uma das causas da pobreza futura. Assim, o trabalho infantil afeta tanto os rendimentos futuros, na vida adulta, quanto o grau de escolaridade obtido. Estudos como os de Kassouf (1999) e Barros et al (2000) indicam que, de forma geral, há um elevado grau de transmissão de pobreza por gerações seguidas e que, quanto menor a escolaridade do pai, maior a probabilidade de o filho começar a trabalhar precocemente.

Uma análise na cidade de Passo Fundo permitiria, de certa forma, uma melhor compreensão dos caminhos a serem seguidos para um maior êxito na ampliação das medidas e na redução dos problemas sociais como a redução do nível de pobreza. Os resultados apresentados neste estudo são uma caracterização do perfil dos trabalhadores infantis e uma primeira aproximação para verificar se o trabalho infantil interfere no nível de desenvolvimento do cidadão, perpetuando o ciclo de pobreza.

A partir dessas considerações, o presente estudo pretende analisar a dimensão e a natureza do trabalho infantil, bem como caracterizar o perfil dos menores trabalhadores e verificar a existência dos ciclos de pobreza. Para tanto, o trabalho contém, além desta breve introdução, quatro partes. A primeira apresenta a metodologia utilizada, referindo algumas dificuldades encontradas na coleta de dados. Na segunda, centra-se sobre a análise dos resultados e, por fim, a quarta parte apresentam-se as considerações finais.

2. Metodologia

Em virtude da dificuldade de se encontrarem informações sobre a dimensão do trabalho infantil no município de Passo Fundo, bem como sobre o perfil das crianças que trabalham realizou-se uma pesquisa por meio de questionários com o objetivo de se obterem dados primários junto aos Centros de Juventude da Assistência Social Diocesana Leão XIII e em escolas públicas localizadas nos mesmos bairros desses centros de juventude. A escolha de pesquisar em escolas públicas decorre da necessidade de comparar o rendimento escolar das crianças que só estudam, que trabalham e estudam, que estudam,

e no turno inverso da escola, estão em atividades sócio-educativas e as que trabalham, estudam e, no turno inverso da escola estão em atividades sócio-educativas.

Os questionários foram aplicados considerando a quantidade existente de alunos. Na Vila Victor Issler, foram aplicados 98 questionários; na Vila São Luis Gonzaga, foram aplicados 94 questionários; na Vila Ipiranga, foram aplicados 116 questionários; no Bairro José Alexandre Zacchia, foram aplicados 208 questionários; e, na Vila Luíza, 64 questionários, totalizando 580 questionários, conforme apresentado na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Número de questionários aplicados distribuídos por região, gênero e faixa etária.

Região	Masculino		Feminino		Não respondidos	Total
	7-9 anos	10-14 anos	7-9 anos	10-14 anos		
Vila Victor Issler	21	34	21	22	0	98
São Luís Gonzaga	6	27	16	40	5	94
Vila Ipiranga	13	42	25	28	8	116
José Alexandre Zachia	25	59	42	78	4	208
Vila Luíza	16	15	11	22	0	64
Total	81	177	115	190	17	580

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Os questionários foram aplicados no período junho de 2001, considerando a quantidade existente de alunos nos Centros de Juventude de cada bairro. A tabela 1 acima apresenta a distribuição de questionários segundo gênero. Nele observa-se que o bairro José Alexandre Zacchia teve o maior número de crianças pesquisadas, o que se explica pelo fato de ele ser o bairro mais populoso.

Os Centros de Juventude possuem localizações bem descentralizadas e são próximos às rodovias que contornam o município. Em virtude de o município de Passo Fundo não possuir bairros delimitados, a localização é feita por regiões, conforme segue: Vila Victor Issler, norte do município; Vila Luíza, centro do município; Bairro São Luis Gonzaga, leste do município; Bairro José Alexandre Zacchia, noroeste do município; Vila Ipiranga, sudoeste do município, sendo que, dentre eles o Bairro Zacchia é o maior e a Vila Luíza, o mais central.

Embora existam crianças trabalhando a partir de 5 anos, optou-se por pesquisar crianças cuja idade encontra-se na faixa-etária de 7-14 anos, uma vez que esse período

representa a idade escolar. As informações coletadas por meio dos questionários têm como base os diversos textos existentes sobre trabalho infantil e foram tabuladas levando em conta seguintes os critérios: (1) faixa etária, de 7-14 anos, pois com 7 anos o indivíduo ingressa no primeiro grau e com 14 anos completa, sendo que a análise foi feita em dois grupos, de 7-9 anos e de 10-14 anos; (2) gênero: masculino e feminino; (3) atividades desenvolvidas pelas crianças: crianças que só estudam, crianças que estudam e trabalham; (4) situação funcional dos pais: empregados, autônomos ou conta-própria, empregador, profissional autônomo de nível universitário, dono de negócio familiar, desempregado, do lar, aposentado; (5) rendimentos das crianças trabalhadoras e de seus pais: o rendimento das crianças foi dividido em até meio salário mínimo, um salário mínimo, até R\$210,00 (maior remuneração recebida), o rendimento dos pais foi considerado na totalidade, sem intervalos; (6) raça: branca, parda, negra; (7) ocupações das crianças trabalhadoras: servente de pedreiro, doméstica, empregado rural, soldador, jardineiro, cuidar de crianças, carregador de caminhão, biscateiro, lavador de carros, entregador de panfletos ou jornal, vendedor de picolé, trabalhador de mini e supermercado, catador de papel, carpinteiro, borracheiro, participante do programa aprendiz de cidadão desenvolvido pela prefeitura de Passo Fundo – SENCAS; (8) anos de escolaridade: total de anos dedicados à escola; idade com que os pais das crianças trabalhadoras começaram a trabalhar.

É importante salientar que, como os questionários foram respondidos pelas crianças e pelos seus pais, as informações como idade com que os pais começaram a trabalhar e o salário dos mesmos não foram dadas em todos os questionários, fato evidenciado quando se analisou a participação da renda gerada pelas crianças trabalhadoras na renda familiar, em que sete participantes não possuíam a informação do salário dos pais, tendo, então, de serem desconsiderados para a análise deste item.

Houve, também, o caso de quatro participantes - dois empregados rurais e dois empregados domésticos - que recebem salário *in natura*, ou seja, ao invés de receberem em moeda corrente, recebem na forma de roupas, calçados, leite, ovos, verduras, etc. Nesse caso, considerou-se que essas pessoas não recebem remuneração, dada a dificuldade de se atribuir um valor.

Por fim, cumpre mencionar a inclusão da variável “outros”, que refere-se aos responsáveis pelas crianças que não residem com os pais naturais, pois 18 crianças entrevistadas não moravam com os pais, mas com outros responsáveis.

3. Análise dos Resultados

3.1 Trabalho Infantil

Os resultados apresentados neste estudo são uma caracterização do perfil dos trabalhadores infantis e uma primeira aproximação para verificar se o trabalho infantil interfere no nível de desenvolvimento do cidadão, perpetuando o ciclo de pobreza.

Distinguir as crianças que estudam e trabalham daquelas que apenas estudam é de fundamental importância, principalmente para podermos associá-las aos problemas decorrentes da relação educação versus trabalho. Assim, por meio da tabela 2, percebe-se que das crianças com a faixa etária entre 7-9 anos, apenas 18,09% trabalham, enquanto 81,91% não trabalham. O percentual de crianças que trabalham aumenta no intervalo da faixa etária, 10-14 anos, no qual 26,87% das crianças trabalham e 73.13% não trabalham. Tal resultado possibilita evidenciar que a medida que a faixa etária aumenta, maior é a inserção das crianças no mercado de trabalho.

Tabela 2: Percentual das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras, por faixa etária.

	7-9		10-14	
	Nº	%	Nº	%
Trabalhadoras	34	18%	97	27%
Não trabalhadoras	154	82%	264	73%
Total	188	100%	361	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Estudos realizados pelo Ministério de Trabalho, 1995, através da PNAD, apontaram que 3,6% das crianças entre 5-9 anos de idade estavam trabalhando, percentual elevado para 18,7% na faixa etária de 10-14 anos, o que confirma que a participação das crianças trabalhadoras aumenta com a idade.

Barros (1991) apontou algumas razões para esse crescimento: a crescente atratividade do mercado de trabalho, em consequência do crescimento da produtividade; melhores ofertas de emprego, em virtude da redução das restrições legais para o trabalho em razão do aumento de idade; a tendência de a escola ser menos atrativa, principalmente devido ao baixo desempenho e à insatisfação do indivíduo; e a necessidade de um orçamento próprio.

Considerando a distribuição das crianças pelos bairros estudados (ver tabela 1 do apêndice), verifica-se que o Bairro José Alexandre Zácchia possui o maior percentual de participação na faixa etária de 7-9 anos (29,41%) e na de 10-14 anos (36,08%), seguida da Vila Ipiranga com 26,47% na faixa de 7-9 anos, e pela São Luis Gonzaga com 23,71%, na faixa de 10-14 anos.

Com relação à distribuição das crianças que trabalham por faixa etária e raça, conforme os gráficos 1 e 2, pode-se observar que, na faixa etária de 7-9, anos 73,53% são brancos, 23,53% são pardos e 2,94% são negros. Na faixa etária de 10-14 anos, 55,67% são brancos, 31,96% são pardos e 12,37% são negros. Por essas informações, verifica-se uma queda na participação de brancos na faixa etária de 10-14, enquanto ocorre um expressivo aumento na participação dos negros e pardos. Talvez isso esteja ocorrendo porque, com o passar dos anos, a escola torna-se mais atrativa para os brancos, devido a perspectivas futuras, e para os negros e pardos o mercado de trabalho seja a única perspectiva.

A pesquisa realizada apontou que esse comportamento se repete em todos os bairros, sendo que, na Vila Victor Issler e na Zácchia, as crianças negras ingressam no mercado de trabalho a partir dos 10 anos; na São Luís Gonzaga, os pardos e negros ingressam a partir dos 10 anos e na Vila Luíza os pardos ingressam a partir dos 10 anos, conforme pode-se verificar pela tabela 3 no apêndice.

Gráfico 1: Distribuição das crianças trabalhadoras de 7-9 anos por raça.

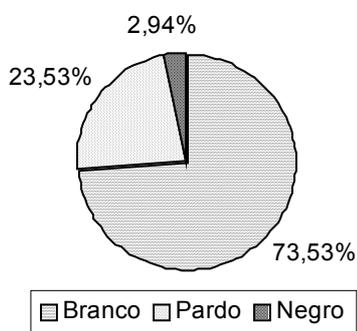
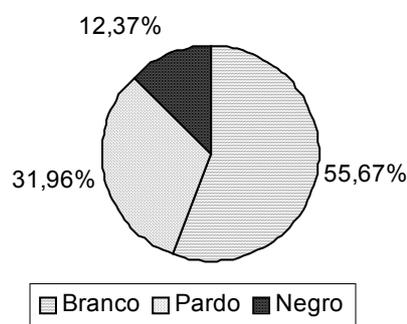


Gráfico 2: Distribuição das crianças trabalhadoras de 10-14 anos por raça.

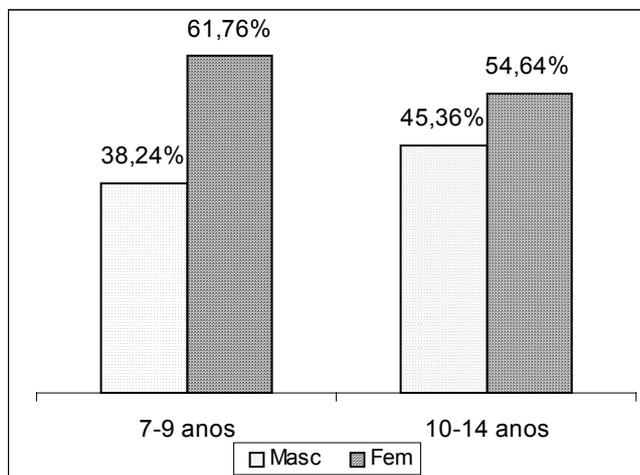


Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

O gráfico 3 apresenta o percentual de participação das crianças por gênero. De imediato, verifica-se que o percentual de mulheres trabalhadoras é maior do que o de

homens. Na faixa de 7-9 anos, a participação feminina é de 61,76%, a masculina de 38,24% e, na faixa de 10-14 anos, a feminina é de 54,64% e a masculina de 45,36%.

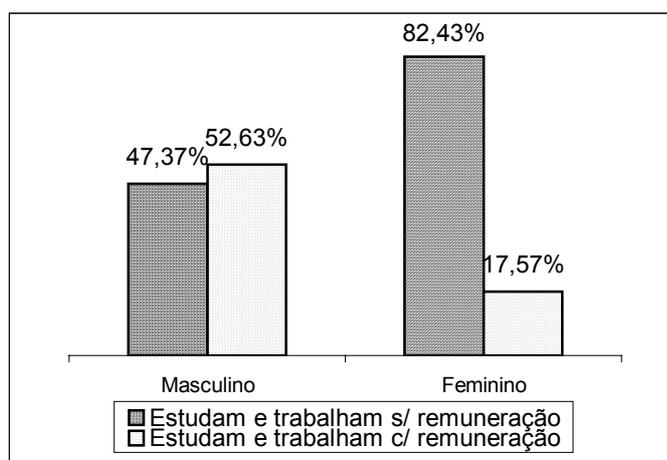
Gráfico 3: Percentual de participação das crianças por gênero.



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Entretanto, no gráfico 4, quando se analisa o percentual de crianças de 7-14 anos por gênero que trabalham e recebem remuneração, evidencia-se que 52,63% dos homens de 7-14 anos que trabalham recebem remuneração, enquanto somente 17,57% das mulheres trabalhadoras recebem remuneração. Tal fato pode ser explicado pela participação das meninas no trabalho doméstico, o qual representa 94,59% das ocupações sendo que 82,43% são domésticas e 12,16% cuidam de crianças (cf. gráfico 5). Em ambos os casos, essas meninas em sua maioria, substituem suas mães, as quais 66,94% trabalham e 33,06% não trabalham, são do lar ou desempregadas. O mesmo fato foi evidenciado por Barros et al (2000), quando verificou que esse tipo de atividade é basicamente desempenhado pelo sexo feminino, independente da faixa etária analisada, o que revela ser essa uma atividade tipicamente feminina.

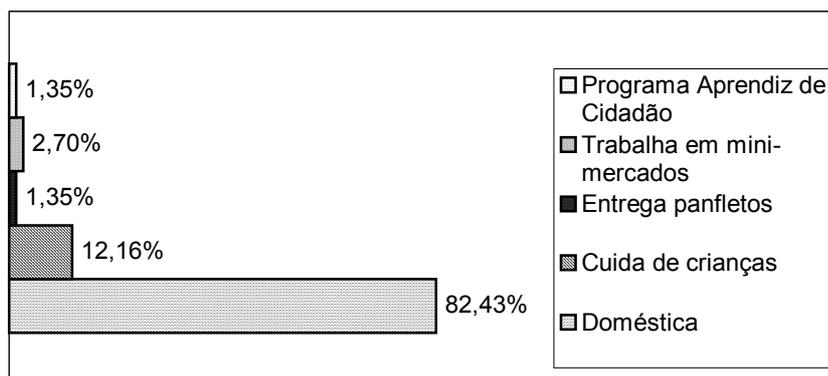
Gráfico 4: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhadoras que são remuneradas por gênero.



Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

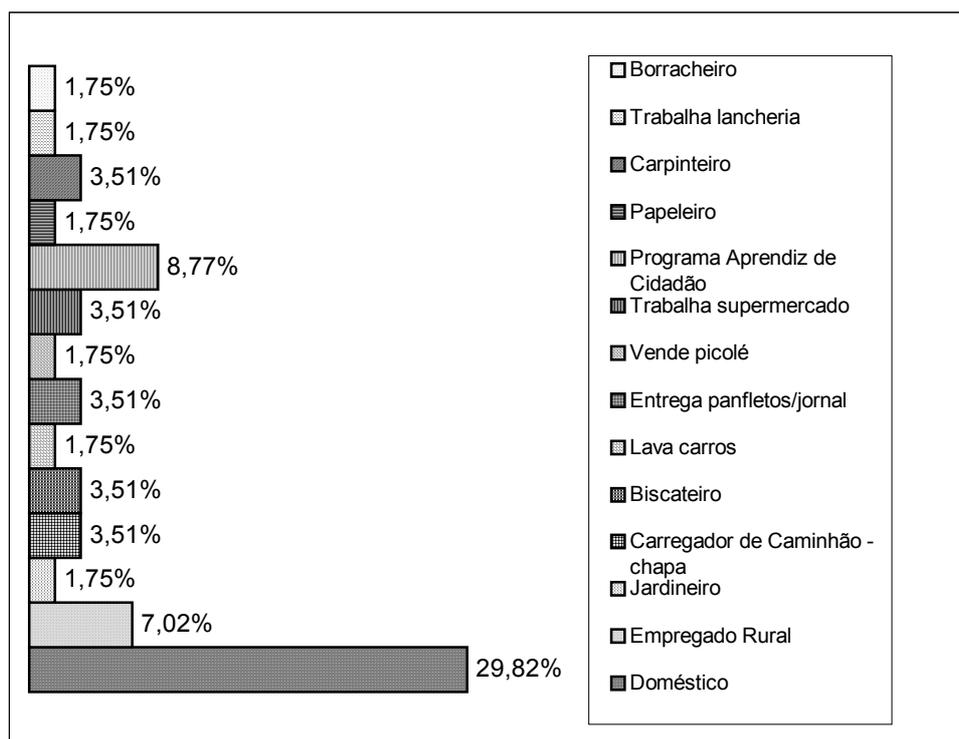
O fato de os meninos possuírem maior percentual de remuneração pode ser explicado pela grande parcela de pais trabalhadores autônomos ou conta-própria, o que já foi evidenciado em outros estudos que apontam terem essas crianças maior facilidade de inserir-se no mercado de trabalho. A população de crianças trabalhadoras que possuem pais autônomos ou conta-própria corresponde a um percentual de 32,41% e de pais desempregados corresponde a 12,96%. As principais ocupações das crianças são de servente de pedreiro, que representa 26,32%, e de domésticos 29,82%. As demais atividades desenvolvidas podem ser vistas no gráfico 6 que segue:

Gráfico 5: Distribuição das ocupações femininas



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Gráfico 6: Distribuição das ocupações masculinas



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Os dados colhidos (conforme tabela 8, no apêndice) evidenciam que 67,94% das crianças trabalhadoras não recebem remuneração; 20,61% recebem até meio salário mínimo; 9,16% recebem até um salário mínimo, e 2,29% recebem até R\$ 210,00.

Conforme Kassouf (1999) e Kassouf e Thomas (2000) o fato de as crianças trabalharem é importante para a família, pois, embora seus salários sejam baixos, a contribuição das crianças para a renda familiar é significativa, posto que a renda familiar também é muito baixa. Um estudo desenvolvido pela UNICEF (1997) evidenciou que as crianças trabalhadoras de famílias pobres chegam a contribuir com 25% da renda familiar. Em vista disso, a renda adicional proporcionada pelo trabalho infantil torna-se indispensável para a sobrevivência das famílias.

A pesquisa realizada (cf. tabela 9 do apêndice), apontou que, em 31% dos casos, a contribuição é de 10%; em 26% dos casos a contribuição é de 30% ; e em 9% dos casos, a contribuição é de 100%, caso em que os pais estão desempregados, ou o pai está desempregado e a mãe é do lar (cf. tabela 7, no apêndice).

Embora o trabalho aumente a renda presente da criança, ele exige dedicação do tempo da criança, o que tem como consequência um pior desempenho escolar e um comprometimento do seu desempenho futuro. A baixa escolaridade e a falta de acúmulo de capital humano, segundo Cavalieri (2000), são vistas como perpetuadores dos ciclos de pobreza.

Na próxima seção, analisaremos os efeitos do trabalho infantil sobre a educação, e a influência dos pais sobre a educação e o trabalho dos filhos.

3.2 – Trabalho Infantil e Educação

Segundo Barros (1997) os investimentos em educação resultam tanto em benefícios para o indivíduo, como também para aqueles que o rodeiam. O que concerne ao indivíduo que adquire a educação, este pode elevar seu salário, aumentar a sua expectativa de vida, reduzir o tamanho de sua família e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida dela, reduzindo a pobreza futura.

A educação é o único meio de formar cidadãos críticos e capazes de exigir que os seus direitos humanos e constitucionais sejam cumpridos, de obter liberdade de pensamento e opinião, participar de processos de tomada de decisões que influenciem diretamente na comunidade em que vivem e no país.

A educação faz com as pessoas sejam mais informadas e se tornem cidadãos ativos, conscientes de seus direitos. Em geral, elas possuem melhores perspectivas no mercado de

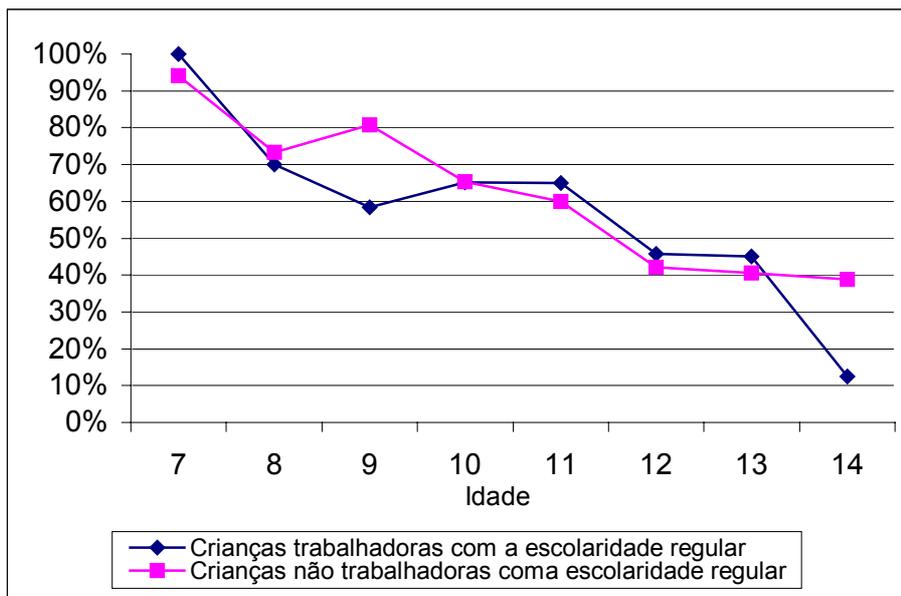
trabalho e são trabalhadores mais produtivos e de fácil adaptação, requisitos essenciais para se obter sucesso como profissional desta economia globalizada em que vivemos. (UNICEF, 1997)

De outra parte, a falta de educação é uma barreira para a redução da pobreza e da desigualdade social, o que dificulta a mobilidade social inter e intrageracional. Estudos indicam que modificar o nível educacional da população adulta é tarefa difícil e lenta, o que ressalta a importância de as crianças adquirirem educação durante a idade escolar.

O trabalho infantil pode afetar diretamente a escolaridade do indivíduo, uma vez que este dedica o seu tempo livre ao trabalho e não aos estudos. Entretanto, dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, no período de 1982 a 1993, indicam que a taxa de aprovação das crianças independentemente de trabalharem ou não, é de 68%, enquanto a das trabalhadoras é de 50%.

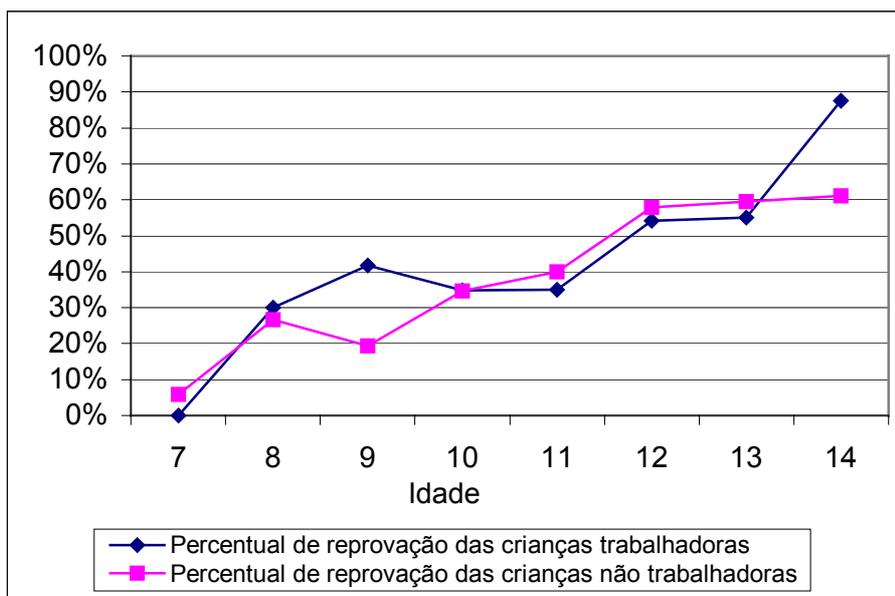
Os dados coletados através da pesquisa realizada evidenciam que a regularidade da escolaridade das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras decresce com o aumento da idade, conforme gráfico 7, o que pode ser justificado pela atratividade do mercado para as crianças não trabalhadores e o aumento na exigência dos empregadores para as crianças trabalhadoras, uma vez que ambas já estão com idade para entrar no mercado de trabalho formal. Outra análise que pode ser feita é a de que esse decréscimo pode ser consequência das reprovações nos anos anteriores, pois constatou-se que poucos indivíduos atingem a 8ª série com idade escolar correta, ou seja, 14 anos, conforme gráfico 8. Em decorrência disso, a permanência na escola torna-se menos atrativa que o mercado de trabalho.

Gráfico 7: Percentual de regularidade escolar das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras.



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

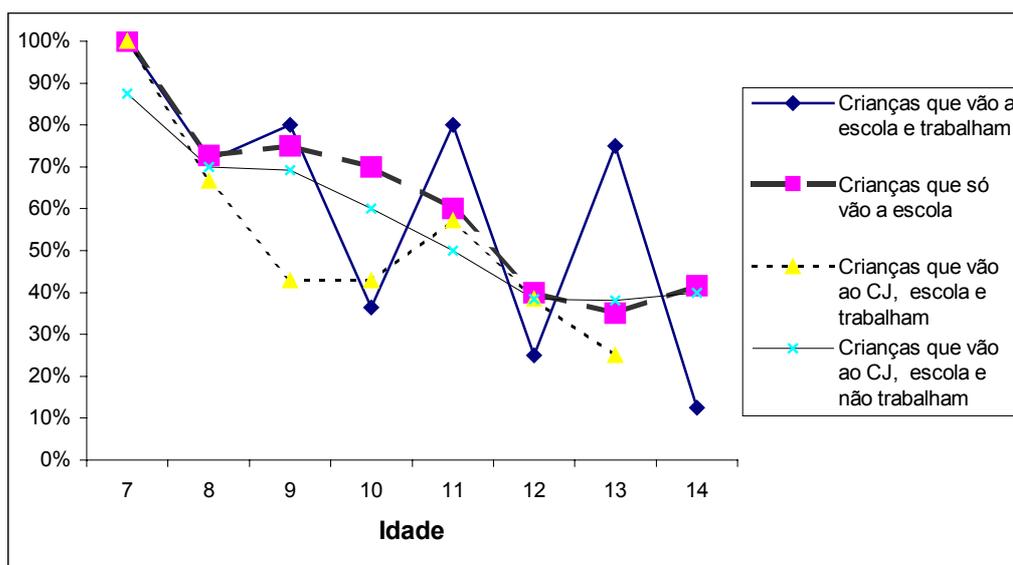
Gráfico 8: Percentual de reprovação das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras.



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Na análise do rendimento escolar das crianças que só estudam; que trabalham e estudam; que estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude; e das que trabalham, estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude, percebe-se que a tendência é a mesma para todos os grupos, ou seja, queda na aprovação com aumento da idade e aumento na reprovação com a idade, conforme gráfico 9.

Gráfico 9 Percentual de regularidade escolar dos grupos estudados



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Contudo, é possível verificar a ação da atratividade do mercado sobre as crianças de quatorze anos, pois no grupo das crianças trabalhadoras que vão ao Centro de Juventude, não há crianças com quatorze anos, o que significa que o mercado torna-se bem mais atrativo do que a entidade social, embora se tenha encontrado crianças não trabalhadoras no Centro de Juventude com quatorze anos.

Outro fator analisado como causa da entrada dos menores no mercado de trabalho, é a influência da história de trabalho dos pais. A tabela 4 mostra o percentual de crianças de 7-14 anos que trabalham, de acordo com a idade com que os pais começaram a trabalhar.

Tabela 4: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhando ou não, de acordo com a idade com que os pais começaram a trabalhar.

Idade com que o pai começou a trabalhar	Meninos		Meninas	
	Trabalham	Não trabalham	Trabalham	Não trabalham
9 anos ou menos	12,12%	18,18%	6,52%	13,21%
Entre 10 e 14 anos	33,33%	36,36%	45,65%	52,83%
Entre 15 e 17 anos	36,36%	26,26%	28,26%	19,81%
18 anos ou mais	18,18%	19,19%	19,57%	14,15%
Idade com que a mãe começou a trabalhar	Meninos		Meninas	
9 anos ou menos	12,90%	9,18%	8,89%	10,34%
Entre 10 e 14 anos	38,71%	37,76%	57,78%	46,55%
Entre 15 e 17 anos	29,03%	31,63%	17,78%	18,97%
18 anos ou mais	19,35%	21,43%	15,56%	24,14%
Idade com que o "outro" começou a trabalhar	Meninos		Meninas	
9 anos ou menos		50%		25%
Entre 10 e 14 anos		25%	100%	25%
Entre 15 e 17 anos		25%		50%
18 anos ou mais				

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Conforme se pôde verificar, a grande porcentagem de meninos trabalhadores possui pai que começou a trabalhar com menos de 17 anos e mães que começou a trabalhar com 14 anos ou menos. Já as meninas trabalhadoras têm pai e mãe que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos.

Estudos realizados por Kassouf (1997), com base na PNAD (1995) identificaram que o maior percentual de crianças trabalhadoras possui genitores que começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, sem distinção entre mãe e pai. Contudo, as porcentagens apresentadas na tabela acima apontam diferenças na participação das crianças, no que refere à influência dos pais, pois o maior percentual de crianças trabalhadoras é aquele em que as mães começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, o que pode ser explicado pela desestruturação familiar, fato percebido durante a pesquisa, ou seja, os casais se separam e as mães ficam com os filhos, logo a renda adicional proporcionada pelo trabalho da criança torna-se essencial para a sobrevivência da família, visto o salário da mãe não ser suficiente. A influência do pai ocorre de modo diverso, pois 52,83% das meninas, que possuem pais que começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, não trabalham; por outro lado, 36,36% dos meninos trabalhadores possuem pais que começaram a trabalhar entre quinze e dezessete anos, ou seja, os filhos começaram a trabalhar mais jovens do que os pais, o que configura a existência dos ciclos de pobreza.

4. Considerações Finais

Após a realização da pesquisa evidenciou-se a existência de trabalho infantil no município de Passo Fundo e que essa participação aumenta com a idade. Os brancos são a maioria trabalhadora de 7- 9 anos, entretanto, verifica-se uma queda na participação de brancos na faixa etária de 10-14, enquanto ocorre um expressivo aumento na participação dos negros e pardos.

O percentual de participação é maior para as meninas do que para os meninos, entretanto, quando se analisa o percentual de indivíduos remunerados, ele é maior para os meninos do que para as meninas, fato que é consequência da atividade doméstica, desenvolvida pela maioria das meninas em suas casa, onde substituem suas mães que trabalham fora. Já os meninos atuam como domésticos, serventes de pedreiro e empregados rurais. Dos menores que recebem remuneração, mais de 50% recebem até meio salário mínimo. Essa contribuição para a renda familiar é muito importante, pois, em 26% dos casos, ela é de até 30%, e em 9% dos casos, ela é de 100%, sendo assim, ela pode se tornar indispensável para a sobrevivência familiar.

A regularidade da escolaridade das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras decresce com o aumento da idade, o que pode ser justificado pela atratividade do mercado,

ou ser uma conseqüência das reprovações nos anos anteriores, pois constatou-se que poucos indivíduos atingem a 8ª série com idade escolar correta, ou seja, 14 anos, tornado permanência na escola menos atrativa que o mercado de trabalho.

Na análise do rendimento escolar das crianças que só estudam; que trabalham e estudam; que estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude; e das que trabalham, estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude, percebe-se que a tendência é a mesma para todos os grupos, ou seja, queda na aprovação com aumento da idade e aumento na reprovação com a idade.

Referente a influencia dos pais sobre o trabalho dos filhos, evidenciou-se que as meninas e meninos trabalhadores têm mães que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos. A influência do pai ocorre de modo diverso, pois 52,83% das meninas, que possuem pais que começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, não trabalham; por outro lado, 36,36% dos meninos trabalhadores possuem pais que começaram a trabalhar entre quinze e dezessete anos, ou seja, os filhos começaram a trabalhar mais jovens do que os pais, o que configura a existência dos ciclos de pobreza.

Um estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção (CONDEPRO) e Universidade de Passo Fundo (UPF), 1999, apontou uma mudança na estrutura da população da região em que se insere o município de Passo Fundo, decorrente do êxodo rural que diminuiu o contingente rural de 60,64% em 1970, para 20,57% em 1996, o que acarretou uma necessidade de novos serviços e empregos no setor urbano. Entretanto os setores de comércio, serviço e indústria não cresceram o suficiente para absorver toda essa mão-de-obra. Como conseqüência disso, os índices de desigualdade, concentração e pobreza aumentaram.

Essa observação é corroborada pelo cenário econômico constatado nesta pesquisa, quando ela evidenciou a importância do trabalho infantil para a renda familiar, seja permitindo que os pais saiam de casa para trabalhar, seja trabalhando com eles, ou ainda quando a própria criança auferir remuneração pelo seu trabalho.

Em qualquer dos casos, percebeu-se que é difícil romper o ciclo de pobreza, sem o acesso a permanência da criança na escola, num contexto em que o mundo do trabalho formal se fecha cada vez mais aos que não detêm o conhecimento.

5. Referências bibliográficas

- BARROS et al, Ricardo Paes, Trabalho Doméstico Infante-Juvenil no Brasil, SP, 2000.
- _____ Ricardo Paes. A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e diferenças por Gênero, IPEA, RJ, 1997
- BARROS E MENDONÇA, Ricardo Paes e Rosane, Investimentos em Educação e desenvolvimento Econômico, IPEA, RJ, 1997.
- _____ Ricardo Paes e Rosane Silva Pinto de, Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciadas por Gênero, faixa etária e região de residência. Ver. Pesquisa e Planejamento Econômico, RJ, v.21, pág. 355-376, 1991.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas, Brasília, 1996.
- CAVALIERI, Claudia Helena, Trabalho Infantil e desempenho escolar, S.P, 2000.
- Internacional Conference on Child labour, Oslo, 1997.
- KASSOUF, Ana Lúcia, *O Efeito do Trabalho Infantil para os Rendimentos e a Saúde dos Adultos*, R.J., IPEA, 2000.
- _____ Ana Lúcia. Trabalho Infantil: escolaridade X emprego, ANPEC, SP, 2000
- MONTOYA, Marco Antonio et al descrição e previsão setorial do desenvolvimento econômico da Região da Produção entre 1970 e 2010. Passo Fundo, Ediupf, 1999
- SILVA E KASSOUF, Nancy de Deus Vieira e Ana Lúcia, O trabalho e a escolaridade dos jovens brasileiros, Qualidade de Vida, SP, 2000.
- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000

6. Apêndice

Tabela 1: Distribuição das crianças por bairros e faixa etária.

Região	7-9	10-14	Total	7-9	10-14
Vila Victor Issler	3	10	13	8,82%	10,31%
São Luís Gonzaga	4	23	27	11,76%	23,71%
Vila Ipiranga	9	14	23	26,47%	14,43%
José Alexandre Zacchia	10	35	45	29,41%	36,08%
Vila Luíza	8	15	23	23,53%	15,46%
Total	34	97	131	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 2: Distribuição das crianças que trabalham segundo sua raça e faixa etária.

Raça	7-9	10-14
Branco	73,53%	55,67%
Pardo	23,53%	31,96%
Negro	2,94%	12,37%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 3: Distribuição das crianças trabalhadoras por vila, idade e raça.

Vila Victor Issler				
	7-9	10-14	7-9	10-14
Branco	2	5	66,67%	50%
Pardo	1	3	33,33%	30%
Negro		2	0%	20%
Total	3	10	100%	100%
Vila São Luís Gonzaga				
	7-9	10-14	7-9	10-14
Branco	4	19	100%	82,61%
Pardo		1		4,35%
Negro		3		13,04%
Total	4	23	100%	100%
Vila Ipiranga				
	7-9	10-14	7-9	10-14
Branco	6	8	66,67%	57,14%
Pardo	3	6	33,33%	42,86%
Negro			0%	0%
Total	9	14	100%	100%
Bairro José Alexandre Zacchia				
	7-9	10-14	7-9	10-14
Branco	6	16	60%	45,71%
Pardo	4	14	40%	40%
Negro		5	0%	14,29%
Total	10	35	100%	100%

Vila Luíza				
	7-9	10-14	7-9	10-14
Branco	7	5	87,50%	35,71%
Pardo		7	0%	50%
Negro	1	2	13%	14%
Total	8	14	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 4: Percentual de participação das crianças por gênero e faixa etária.

Sexo	7-9		10-14	
	Nº	%	Nº	%
Masc	13	38,24%	44	45,36%
Fem	21	61,76%	53	54,64%
Total	34	100%	97	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 5: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhadoras que são remuneradas por gênero.

	Masc		Fem	
	Nº	%	Nº	%
Estudam e trabalham s/ remuneração	27	47,37%	61	82,43%
Estudam e trabalham c/ remuneração	30	52,63%	13	17,57%
Total	57	100%	74	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 7: Ocupação dos pais

Tabela 6: Ocupação das mães.

Situação Funcional Pai	Filhos que trabalham	Filhos que não trabalham
Empregado	35,29%	50,98%
Conta-própria ou autônomo	20,59%	19,76%
Empregador		0,24%
Profissional autônomo de nível universitário	0,59%	0,24%
Dono de negócio familiar	1,18%	3,17%
Desempregado	8,24%	9,51%
Do lar		0,24%
Aposentado	2,35%	2,68%
Não reponderam	31,76%	13,17%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001

Situação Funcional Mãe	Filhos que trabalham	Filhos que não trabalham
Empregado	46,36%	42,89%
Conta-própria ou autônomo	6,62%	6,99%
Dono de negócio familiar	0,66%	1,40%
Desempregado	9,27%	6,29%
Do lar	17,22%	34,27%
Aposentado	0%	0,93%
Não reponderam	19,87%	7,23%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 8: Distribuição dos rendimentos por faixa etária

Renda	7-8	9-10	11-12	13-14	Total	7-8		9-10	11-12	13-14	Total
10			2	1	3				1,53%	0,76%	2,29%
20		2			2			1,53%			1,53%
30		1			1			0,76%			0,76%
40			3	1	4				2,29%	0,76%	3,05%
50	1	1	3	1	6	0,76%		0,76%	2,29%	0,76%	4,58%
60	1	1	2	1	5	0,76%		0,76%	1,53%	0,76%	3,82%
70		1	2		3			0,76%	1,53%		2,29%
80			3		3				2,29%		2,29%
90				2	2					1,53%	1,53%
100	2	1	1	3	7	1,53%		0,76%	0,76%	2,29%	5,34%
120				1	1					0,76%	0,76%
150				1	1					0,76%	0,76%
180				1	1					0,76%	0,76%
200			1	1	2				0,76%	0,76%	1,53%
210				1	1					0,76%	0,76%
Não recebem	18	30	27	14	89	13,74%		22,90%	20,61%	10,69%	67,94%
Total	22	37	44	28	131	16,79%	0,00%	28,24%	33,59%	21,37%	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 9: Percentual da renda gerada pelas crianças que trabalham na renda familiar.

Percentual	Número	%
10%	11	31%
20%	7	20%
30%	9	26%
40%	3	9%
60%	1	3%
70%	1	3%
100%	3	9%
Total	35	100%

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001

Tabela 10: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhando ou não, de acordo com a idade que os pais começaram a trabalhar.

Idade com que o pai começou a trabalhar	Meninos		Meninas	
	Trabalham	Não trabalham	Trabalham	Não trabalham
9 anos ou menos	4	18	3	14
Entre 10 e 14 anos	11	36	21	56
Entre 15 e 17 anos	12	26	13	21
18 anos ou mais	6	19	9	15
Total	33	99	46	106
Idade com que a mãe começou a trabalhar				
9 anos ou menos	4	9	4	12
Entre 10 e 14 anos	12	37	26	54
Entre 15 e 17 anos	9	31	8	22
18 anos ou mais	6	21	7	28
Total	31	98	45	116
Idade com que o "outro" começou a trabalhar				
9 anos ou menos				1
Entre 10 e 14 anos		2	1	1
Entre 15 e 17 anos		1		2
18 anos ou mais		1		
Total	0	4	1	4

Fonte: Pesquisa realizada- junho 2001